

27 JAN 1988

A conversão será limitada. Para evitar excesso de moeda.

JORNAL DA TARDE

O estabelecimento de um "teto" no volume de recursos de conversão da dívida externa em investimentos será um dos principais pontos em discussão na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional. De acordo com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Arnaldo Wald, esta decisão é importante para



Arnaldo Wald

que a conversão não implique excesso de oferta monetária. Ou seja, que não resulte em maior emissão de moeda, acelerando a inflação.

"A resolução sobre a conversão sai amanhã" (hoje), afirmou Arnaldo Wald, que previu a publicação das circulares regulamentando a resolução num prazo mínimo de uma semana. Dentre as circulares, uma das mais aguardadas é a que regulamenta os leilões. Ela vai determinar qual será o deságio da conversão, isto é, o preço que cada credor externo terá de pagar para converter o que lhe devem em investimento. "A única coisa certa até agora é que os leilões serão em bolsas de valores", diz Arnaldo Wald.

Mas o que também já está acertado é o modo como os credores poderão investir. Haverá dois tipos de operações: as consideradas normais e as com incentivos fiscais, para as regiões Norte e Nordeste. Em ambas, os canais de investimentos serão via Fundo de Conversões, com recursos destinados para o mercado de capitais (bolsas), e a conversão direta da dívida na expansão de capital de empresas com cotas de participação limitada.

"O atrativo que o governo oferece ao programa de conversão é a transformação de uma dívida sem data certa para ser paga em participação acionária, com algumas restrições, mas com retorno praticamente garantido", declara o presidente da CVM. Arnaldo Wald diz também que o credor precisa entender que, "se perde um pouco em valor global da dívida, ganha em certeza no investimento".

A esperança de que o projeto dará certo é tamanha que Arnaldo Wald prevê a conversão de US\$ 200

milhões mensais, ou até mais do que isso. Ele fixa uma meta de US\$ 25 bilhões em dez anos, o que representa quase 1/4 da dívida externa brasileira. Segundo o presidente da CVM, já existem dez pedidos de fundos de conversão, além de outras dez solicitações de informações, todas partindo de instituições financeiras na-

cionais, já previamente acertadas com bancos credores. "O primeiro leilão a desencadear o programa deverá acontecer no princípio de março", ele acredita.

Arnaldo Wald esteve ontem em São Paulo num almoço de trabalho com os empresários da Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca), no Nacional Clube, onde disse que "a conversão de parte da dívida externa em capital de risco poderá constituir um importante incentivo para as empresas abertas, numa fase em que a poupança, tanto privada, quanto pública, é relativamente reduzida". Ele reafirmou que o reexame que a CMN fará hoje da regulamentação, abandonando a transformação dos créditos em bônus e introduzindo outras medidas, permitirá a obtenção de recursos externos substanciais para as empresas e as bolsas de valores. "A internacionalização do nosso mercado de capitais pressupõe, todavia, uma adaptação a essa nova fase da nossa vida econômica", diz Arnaldo Wald.

O presidente da Abrasca, Roberto Faldini, observou que muitas empresas planejam grandes investimentos a partir do programa de conversão. Entretanto, a expectativa delas é de que a reunião do CMN aprove regras simples e objetivas, condição fundamental para que os empresários sintam-se estimulados. E este estímulo é determinado por dois fatores, destacou Faldini: confiança no País, que é dado pelo governo e suas decisões, e certeza da captação de recursos com o novo programa ou outros do gênero, graças a uma regulamentação clara.